

PAULUS *Social*

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Ano I - Nº 3 | Outubro - Dezembro 2019



PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

PAULUS ENCERRA O CICLO ANUAL
DO MONITORAMENTO NACIONAL DAS
ATIVIDADES DO PROGRAMA



• PARCEIROS EM AÇÃO

CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE OLHO
NO FUTURO INAUGURA LABORATÓRIO DE RÁDIO

• REFLEXÃO

A GERAÇÃO *MILLENNIUM*, SUAS
INQUIETUDES E MODO DE PENSAR



ASSISTÊNCIA SOCIAL **PAULUS**

A PAULUS

é uma Organização Social com atuação nas políticas públicas de Educação e Assistência Social, com preponderância legal, decisão estatutária e vocação histórica na Assistência Social. Essa atuação mista compreende um investimento majoritário nas ações que correspondem ao atendimento direto a usuários da Assistência Social, mas dedica desde 2005 uma atenção formal, regular, laica e presencial à Política de Educação, investindo na formação de jovens nas áreas de Comunicação Social e Filosofia.



Em parceria com outras organizações da Assistência Social, nosso Programa de Assessoramento, por meio do Núcleo de Formação, Pesquisa e Disseminação Social, promove ações que despertam crianças, jovens e adultos para o protagonismo cidadão, o desenvolvimento de capacidades e a conquista de direitos. E todo esse trabalho se traduz em grandes resultados!

290 Municípios mobilizados

480 Pesquisas na área social

382 Formações realizadas

8.400 Instituições atendidas diretamente

10.900 Horas de formação

17.330 Certificados emitidos nas atividades de Assessoramento

8.000.000 Kits do Programa Direito e Cidadania distribuídos nacionalmente

Bolsas ProUni referentes ao período de 2012 a 2018

2.027 Bolsas 100%

4.237 Bolsas 50%

6.264 Total de bolsas no período

Alunos formados pelo curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Serviço do SUAS – Sistema Único de Assistência Social

28 Alunos formados em 2017

39 Alunos formados em 2019

Os resultados apresentados aqui resumem a nossa atuação em diversas esferas da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, entre os anos de 2012 e 2018.

NOVOS TEMPOS



Monitoramento: resultados e experiências que apontam caminhos para uma nova etapa

Esta edição, que encerra o último trimestre de 2019, traz na matéria de capa um balanço dos resultados colhidos referentes aos trabalhos dos últimos anos em monitoramento, elemento componente das atividades de Assistência Social. Esses resultados serviram como diretrizes para a elaboração do plano de trabalho deste e dos próximos anos. Quem nos ajuda a compreender essa dinâmica são a coordenadora do Programa Direito e Cidadania, Elisandra Oliveira, e o coordenador do Núcleo PAULUS, Aurimar Pacheco, que apresentam um panorama do processo e dos resultados.

Os artigos da editoria “Quem faz o SUAS acontecer” são independentes, porém convergem no que diz respeito ao trabalho individualizado que a Assistência Social presta a cada pessoa participante dos diversos projetos. O primeiro artigo aborda as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; o segundo discorre sobre o atendimento a autores de violência sexual contra crianças e adolescentes; e o último, por sua vez, analisa como vive o adolescente da sociedade atual.

Em “Reflexão”, Pâmella Pregum fala sobre a geração *Millennium*, revelando as inquietudes e o modo de pensar dos jovens *millennials* em relação a temas como mercado de trabalho, namoro, casamento e outros. Já na editoria “Opinião”, Alberto Nascimento, colaborador da Assistência Social PAULUS, fala sobre as viagens que fez durante os trabalhos para o Núcleo – um olhar dos bastidores!

Fechando a edição, a editoria “Parceiros em ação” apresenta o nascimento de um laboratório de rádio no CCA de Osasco. O projeto tem o objetivo de disponibilizar o espaço para os diversos cursos oferecidos gratuitamente às crianças da comunidade, ampliando a comunicação e o conhecimento dos frequentadores.

Boa leitura!



Ano I – Nº 3 | Outubro – Dezembro 2019
ISSN 2596-2264

A PAULUS Social é uma publicação do Departamento de Assistência Social da PIA Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS
Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral
Pe.Valdecir Pereira Uveda

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Gerente de Assistência Social
Dulcinéia Reginato Francisco

Assessor de Marketing
Pe. Jakson de Alencar

Gerente de Marketing
Fernando Mendes

Coordenador de Marketing
Samuel Lima

Direção de arte
Thiago Rodrigues

Comissão de publicação
Aurimar Pacheco Ferreira,
Coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social; Alberto Nascimento Filho, Analista de Projetos Sociais; Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais; Denilson de Castro, Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação
Thiago Gomes

Reportagem
Alberto Nascimento Filho
e Matheus Macedo

Edição de texto
Roberta Molina

Revisão
Isabela Talarico

Colaboradores
Adriana Jesus de Sousa,
Alais Firmino Cordeiro,
Ana Cristina Rosa de Souza da Venda,
Rafaella Rodrigues Silveira,
Andréa Souza Sales,
Dayse Porto da Silva Freire,

Luana Cristina Delfino Moreira,
Pâmella Pregun Correia,
Mira Lopes

Tiragem
2000 exemplares

Impressão
Gráfica PAULUS

Contato
Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos
Arquivo pessoal da PAULUS
e banco de imagens iStock



Capa

PAULUS encerra ciclo anual do monitoramento nacional das atividades do Programa Direito e Cidadania

6

12

Crônica

As cidades além da visão superficial



Quem faz o SUAS acontecer

Percurso: modelo para as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

14

18

Quem faz o SUAS acontecer

SUAS e o atendimento a autores de violência sexual contra crianças e adolescentes



Quem faz o SUAS acontecer

Sociedade contemporânea, afetividade familiar e filhos adolescentes

22

26

Parceiros em ação

Centro para crianças e adolescentes De Olho no Futuro inaugura laboratório de rádio



Reflexão

O tempo não para, assim como eu. A geração *Millennium*, suas inquietudes e modo de pensar

29

PAULUS ENCERRA O CICLO ANUAL DO MONITORAMENTO NACIONAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

O SERVIÇO DE MONITORAMENTO GERA RESULTADOS POSITIVOS QUE ENVOLVEM A APROXIMAÇÃO COM OS PARCEIROS, O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS ENTRE AS CRIANÇAS E OS SEUS FAMILIARES, ALÉM DE CONSOLIDAR A PAULUS COMO REFERÊNCIA NOS TRABALHOS COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n. 027, de 2011, caracteriza a necessidade do monitoramento como elemento componente das atividades de Assistência Social realizadas por uma entidade atuante no Assessoramento, como é o caso da PAULUS. Entretanto, não

é apenas essa indicação que leva a PAULUS a realizar anualmente o monitoramento nacional das atividades do Programa Direito e Cidadania (PDEC); ele também acontece orientado pela percepção de sua necessidade como momento de ampliação da própria dinâmica do Programa.



Foto: iStock

| O PROCESSO

Depois da entrega dos livros e da formação realizada com os orientadores sociais atuantes nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o monitoramento encerra o ciclo anual do Programa. Inicialmente, o foco principal da pesquisa realizada eram as atividades desenvolvidas a partir do kit de livros distribuído pelo PDEC.

“Lá no início, fazíamos uma entrevista com os orientadores quando visitávamos as instituições. Durante essas visitas, tínhamos contato com as crianças e adolescentes através de apresentações dos percursos e atividades feitas a partir do material”, declara Elisandra Oliveira, coordenadora do Programa.

O contato com o cotidiano nos SCFV e os diversos resultados produzidos pela aplicação do Programa levaram à percepção de que a conversa com os

orientadores não era o suficiente para realizar uma coleta de dados apropriada acerca dos efeitos observáveis. A atual configuração dessa etapa se construiu a partir de observações realizadas durante o modelo inicial, que tinha como metodologia a entrevista com os orientadores: “Então nós começamos a pensar em realizar uma entrevista direta com as crianças, focada nas vivências delas e no seu cotidiano de convivência familiar, comunitária e expectativas de futuro, que sempre haviam sido temas bastante presentes nos percursos ligados ao kit de livros distribuído pelo PDEC. Durante as visitas e as conversas, acabávamos tendo contato com as crianças e com suas produções; daí surgiu a ideia e as condições para ouvi-las diretamente. Foi uma escolha para melhorar e construir as edições seguintes com base naquilo que ouvimos destas crianças”, diz Elisandra.

I O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

A estrutura da entrevista, hoje realizada a partir de um questionário composto por trinta perguntas, foi sendo amadurecida progressivamente ao longo dos anos. Um dos objetivos da atual estrutura é verificar, a partir de uma metodologia bem-construída, as relações de vínculo e convivência elaboradas pelas crianças que recebem os livros do Programa.

“A convivência é o componente da nossa atuação na Política de Assistência Social, já que ela é o resultado principal dentro do Serviço de Convivência. Quando vamos até uma instituição, nós olhamos para a convivência por ser isso o que se espera encontrar como principal resultado do trabalho ali realizado”, explica Aurimar Pacheco, coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social, que é responsável pela execução das ações de Assessoramento da PAULUS.

Ele complementa a explicação com outros motivos pelos quais a avaliação de indicadores de convivência é a principal referência norteadora do monitoramento: “Além disso, como o Programa Direito e Cidadania é a nossa maior oferta na Assistência Social (onde mais se investe, além de ser a mais antiga), ele tem por definição trabalhar com a convivência por ter foco nos SCFV. Então direcionamos tudo para isso, com o texto dos livros, com a formação, sempre dando enfoque a esse tema”. Também se faz presente uma orientação mais par-

ticular para a escolha desse recorte de pesquisa: “A gente também acredita que a convivência é um patamar mínimo para construir outro tipo de relação na sociedade, a partir dessa criança que está nos Serviços de Convivência”, conclui.

Através das entrevistas, é possível obter indicadores que dimensionem a dinâmica da relação das crianças com seus familiares e vizinhança. Esses indicadores atuam como principal base para o avanço na busca pelos resultados ambiciosos pelo monitoramento. “Observando esse contato com as crianças nós construímos as perguntas que identificam esse lastro de convivência, seja na família ou na comunidade. Quando você pergunta à criança, por exemplo, que objeto lhe chama a atenção na casa em que vive, e ela cita um porta-retratos com a foto da família, você percebe uma das características do vínculo. Durante as entrevistas, eles não limitam às respostas, e sim sempre as expandem, “viajam”... Aí

você consegue perceber diversas coisas: eles puxam o convívio com os avós, quem convive na casa, se os pais são presentes ou não. As perguntas são gatilhos para “puxar” outras coisas, assim como perguntar de quais brincadeiras a criança mais gosta. Nas respostas sempre aparece algo relacionado à dinâmica de convivência. Você consegue, a partir disso, dar forma a esses aspectos de convivência e vínculo com família”, sinaliza Elisandra.

“ A convivência é o componente da nossa atuação na Política de Assistência Social. ”



RESULTADOS

O primeiro período de amostragem, que será compilado a fim de ter seus resultados publicados, foi encerrado no primeiro semestre de 2018, tendo como referência os impactos dos kits do Programa Direito e Cidadania dos anos de 2015, 2016 e 2017. As pesquisas foram realizadas por amostragem em todas as regiões do país, ocorrendo nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Paraíba e Mato Grosso. Essa análise foi elaborada para atender a uma demanda que transcende a necessidade de observar internamente os efeitos do PDEC. Conforme aponta Aurimar, existe também um elemento acadêmico: “Desse ponto de vista você observa a convivência também como um tema a ser resgatado e observado, não só pela Assistência Social, mas pelas Ciências Humanas como um todo”, afirma.

O estudo sistematizado deste complexo objeto de pesquisa permite que se obtenha não somente uma compreensão mais cuidadosa das particularidades estruturais componentes das relações de vínculos. Ao dimensioná-lo através de indicadores, Aurimar sugere a existência de um processo de retroalimentação que afeta aqueles que atuam nos Serviços de Convivência: “Eu acho que as pessoas clamam isso num SCFV; elas buscam uma razão de ser para o serviço. Elas querem entender claramente algo que se insira nesse discurso pragmático. Então, quando respondemos [a essa demanda] com um estudo sobre a convivência, damos forma a algo para ser colocado em um lugar que antes estava vazio. Por mais que às vezes ainda seja meio incompreensível, essa pesquisa cria algo com alguma substância para balizar esta linha de pensamento”, enfatiza.

Outro elemento observado, ainda que incidentalmente, é a construção dos percursos de convivência nos SCFV. Apesar de utilizar livros como referência, o Programa Direito e Cidadania não tem como premissa o incentivo à leitura, mas a construção de pontes e histórias que permitam aos orientadores sociais elaborar percursos formativos com os atendidos – percursos que despertem o desejo de refletir ativamente a sua relação com toda a dimensão social que os permeia.

Buscando afastar-se do modelo de “oficinas formativas”, os percursos são uma ferramenta utilizada pelos Serviços para garantir o fortalecimento de vínculos. São construções coletivas e descentralizadas, com participação ativa das crianças e adolescentes na elaboração dos seus aspectos e dos temas a serem discutidos no seu transcorrer.

A aplicação qualificada dos percursos no cotidiano de um SCFV fortalece não apenas a relação entre os atendidos, mas também entre o próprio Serviço e o Território no qual está instalado: “Se o SUS tem um posto de saúde, quanto mais médicos esse posto tem, mais a população confia nele. O SCFV é o posto de saúde da Assistência Social: quanto mais Programas e Projetos tem, mais cresce a possibilidade de ele ser referenciado pela população. O PDEC é mais um Programa com foco evidente na construção dos percursos. Quanto mais esses Serviços tiverem noção efetiva da presença desse programa, maior é a dimensão que ele ganha como referência”, diz Aurimar.

Por se referenciar em um objeto físico (o kit de livros) para a aplicação de sua metodologia, o Programa também tem uma difusão acidental para além dos limites do Serviço de Convivência: “Pelos relatos que a ouvimos durante o monitoramento, conseguimos ter uma ideia de quanto esse material é replicado, levando a outras pessoas tanto o tema da convivência como os temas discutidos pelos livros”, diz Aurimar.

“ O Programa Direito e Cidadania tem como premissa a construção de pontes e histórias que permitam aos orientadores sociais elaborar percursos formativos com os atendidos. ”

Como o enfoque do monitoramento é a convivência em si, os livros são um ponto breve de questionamento durante a entrevista. Entretanto, apesar do questionamento pontual, as respostas sempre são vastas e repercutem diretamente na estruturação do Programa. “O Monitoramento também permite entender o interesse que o material gera,

seja puramente pelo elemento estético, seja pelo tema, seja pela capacidade que ele tem de ser um reforço nas atividades desenvolvidas pelo SCFV”, cita Aurimar, compartilhando um exemplo de como o monitoramento influencia a construção do PDEC: “A própria embalagem atual dos livros é um resultado disso. Antes utilizávamos uma sacola plástica, mas, depois de ouvir mais de uma vez sobre os efeitos negativos disso, mudamos para o modelo atual, de tecido. A gente tem pistas concretas de como os parceiros recebem isso, o que nos ajuda a melhorar os materiais e os temas abordados”.

Também é verificado como o uso do kit se alinhou com as propostas levantadas durante o processo de formação. Conforme ilustra Elisandra, “a gente pergunta sobre os livros para descobrir de que modo os temas propostos como eixo estrutural realmente estão sendo abordados, afinal, se o usuário cita que gostou de algum dos dois livros principais é porque eles foram trabalhados; normalmente, os que mais agradam são aqueles com abordagem mais específica, alguma atividade, algum percurso. Se o livro não é lido e discutido no SCFV, é mais difícil que ele seja o foco de interesse”, diz.

É comum também que as impressões acerca do cotidiano do público, obtidas durante o monitoramento, também tenham impacto sobre a escolha e construção dos temas para os livros do ano seguinte. O livro *Conectados*, de Nicholay V. Marques, distribuído no kit de 2018, foi elaborado justamente ao notar o papel cada vez mais importante do uso das novas tecnologias por crianças e adolescentes. Essas obras são sempre extremamente bem-recebidas: “Se em uma escala de ‘rejeição’, observamos que é mínima. Ninguém reclama do material ou da forma como a gente trabalha com ele hoje em dia”, pontua Aurimar.

Por fim, é interessante reparar que o monitoramento, elaborado para mensurar efeitos, gera por si

uma nova gama de resultados; o maior dele, a aproximação com as parcerias.

“Conforme visitamos várias vezes os mesmos municípios e instituições, vai crescendo o nível de confiança que se tem pelo nosso trabalho. Isso aliado à constante melhora na qualidade e no conteúdo do material entregue. Assim, a cada ano aumenta bastante o nível de referência a PAULUS alcança como um todo”, sinaliza Aurimar. Elisandra complementa, apontando a alegria de muitas entidades

“ O monitoramento, elaborado para mensurar efeitos, gera por si uma nova gama de resultados, o maior dele, a aproximação com as parcerias. ”

parceiras ao receber as visitas: “Eles se sentem muito bem ao receber a visita da PAULUS. Geralmente, pedimos ao parceiro principal para fazer essa articulação e, com isso, se fortalece a relação com a rede. Somos sempre recebidos com uma ótima acolhida e costumam pedir retorno, justamente para ter uma avaliação sobre como está se desenvolvendo a pesquisa, a fim de que eles possam aprimorar o próprio trabalho”.

Elisandra conclui, sintetizando a importância dessa etapa final: “O mais importante é o contato com as crianças e adolescentes. É a partir disso que conseguimos sentir o efeito do programa. Na formação, a gente sempre observa que os formadores gostam e ficam cheios de ideias, mas é preciso ver como aquilo vai ser aplicado no SCFV. O público final do programa são as crianças, e essa é a oportunidade para ter contato direto com esse público e mensurar o que está faltando, o que pode ser melhorado, o que é abordado, além de saber se eles gostaram do material. A gente sempre consegue, a partir do monitoramento, construir algo para o ano seguinte”, finaliza Elisandra.



Foto: Demilson Castro

START

SUA EVOLUÇÃO





Entre as Melhores Faculdades de Comunicação do Brasil (MEC)

BOLSAS DE ATÉ **100%**




Jornalismo

 ENADE/2015 | 4 ANOS | Premiações INTERCOM 

Filosofia

 Bacharelado Reconhecimento MEC/2015 | 3 ANOS 4 ANOS | Licenciatura - Nota Máxima Reconhecimento MEC/2016 



Rádio, Tv e Internet

 Renovação de Reconhecimento MEC/2017 | 4 ANOS | Bacharelado 



Fotografia

 Reconhecido MEC/2016 | 2 ANOS | Graduação Tecnológica 



Relações Públicas

 Renovação de Reconhecimento MEC/2016 | 4 ANOS | Premiações INTERCOM, ABRP e ABRPCORP 

Multimídia

 Reconhecido MEC/2016 | 2 ANOS | Graduação Tecnológica 

Publicidade e Propaganda

 ENADE/2015 | 4 ANOS | Bacharelado 

Audiovisual

 Renovação de Reconhecimento MEC/2019 | 2 ANOS | Graduação Tecnológica 

Mais que um nome,
CONTEÚDO.



fapcom.edu.br
0800 709 8707

ÀS CIDADES VISÍVEIS

Por Alberto Nascimento

Até o começo da vida adulta eu acreditava em cidades apenas como um amontoado de prédios e construções. Os desenhos das ruas, por mais interessantes que pudessem parecer, não representavam nada além do crescimento accidental da necessidade de se deslocar de cá para lá. As particularidades de seu povo, suas identidades e valores seriam detalhes de pouca importância, a ser ou não considerados.

Foi uma história em quadrinhos que começou a mudar minha perspectiva acerca da relação entre a dimensão física da cidade e as pessoas que a habitam. No gibi, um operário do metrô londrino se torna progressivamente uma corporificação das ideias da população: praticamente um espírito da cidade.

Encantado com essa possibilidade, andei por muito tempo no metrô de São Paulo procurando pela janela algum rosto oculto que me contasse os segredos e resumisse a personalidade da metrópole onde nasci. Fuçava atentamente pelas sombras com uma esperança quase infantil, mas nunca tive sucesso.

Já havia desistido quando, a quase três mil quilômetros de distância, tive finalmente meu primeiro encontro com a corporificação de uma cidade. Foi em Belém, depois de um dia de trabalho, que uma cidade finalmente resolveu conversar comigo.

Eu nunca havia visto uma extensão de água doce como a Baía do Guajará. Ali, onde o Rio Guamá se encontra com um dos braços do Acará, o azul vai até o horizonte, e um desavisado (como eu era na situação) pode confundir o que tem diante dos olhos com o mar.

Estava sentado no passeio da Estação das Docas, um colosso arquitetônico no coração de uma região que sintetiza muito da cultura paraense. Foi ali, observando o pôr do sol, que conheci dona Maria Izabel.

“É que nem o bolo”, disse a mulher que, sem nenhum motivo aparente, puxou conversa comigo. Eu não conhecia a sobremesa (só dois anos depois que tive a oportunidade de provar a maravilha que é esse bolo recheado de cupuaçu), mas ela me explicou que era um doce típico da região. Percebeu pelo meu sotaque que eu não era dali, e começamos uma conversa longa sobre as diferenças entre nossas capitais.

Conversa, não: colóquio. Maria Izabel falava rápido e sem parar. Em um ritmo tão potente quanto o do rio que dava moldura à cena. Alguns minutos depois chegou seu marido, José Carlos, surgido de lugar nenhum, e alinhou sua voz à da esposa.

Cada um dos dois falava comigo sobre um tema diferente, e eu fazia o melhor para dar atenção aos dois. Consegui fazer pouco além de concordar com os argumentos de ambos e responder pontualmente às perguntas. Então, num devaneio leve ao qual fui empurrado pelo ritmo da conversa, entendi o que acontecia: o encontro dos rios estava corporificado diante de mim e, em duas vozes, me contava sobre Belém.

Depois da conversa, lembrei-me de *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino. A narrativa ilustra Marco Polo contando a Kublai Khan sobre as diversas cidades de seu vasto domínio. Contudo, cada local é definido pela sua “personalidade”, em vez de simples acidentes geográficos.



cos. No norte do país, tive o primeiro vislumbre dessa faceta viva que todo território possui.

Ao longo dos anos seguintes, a cena foi se repetindo em cidades diferentes. Lembro-me de em Recife ser abordado por um homem que queria um cigarro e conversar com ele sobre as particularidades de diversos bairros: foi como se o próprio Chico Science tivesse se manifestado diante de mim para transformar uma estrofe de “Rios, pontes e overdrives” em um papo descontraído, embalado pelo vento da Boa Viagem.

Em Brasília, o tema inicial da conversa foi o clima. Enquanto buscava refúgio da chuva, uma senhora se aproximou comentando sobre quão equivocada era aquela tempestade no meio de julho: “Em Brasília para de chover em março e só volta lá para outubro”. Desse gancho, falamos sobre como a maioria dos brasilienses vêm de outro lugar: uma cidade constituída por migrantes de todo país, uma amostragem singular do que constitui o Brasil como receptáculo de diversas nacionalidades.

Assentou-se, a partir desse dia, a percepção definitiva de que lugar nenhum existe alienado das pessoas que vivem ali. Em cada cidade, em cada conversa, as particularidades de cada território se exibem acidentalmente através de cada frase e opinião dos seus habitantes.

Com os olhos e ouvidos treinados, sempre que estou fora de São Paulo percebo cada vez melhor o espírito das cidades visitadas se manifestando em cada esquina, cada sombra, cada encontro acidental. Seja um motorista de Uber, um garçom de café, um trabalhador em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Víncu-

los... Hoje percebo as pessoas como essência viva que flui pelas ruas, ocupa seus espaços e dá movimento aos desejos particulares de cada região.

Até pouco tempo atrás um erro de percepção me levava a uma leitura equivocada dessa história tão plural: julgava-me apenas observador, e não componente atuante. Foi num retorno à Brasília, durante uma Conferência Nacional de Assistência Social, que finalmente compreendi ter também um papel como parte ativa em uma cidade.

Enquanto enchia minha garrafinha de água, ouvi uma voz familiar dizer atrás de mim: “Rapaz, você está em todo canto”. Olhei e encontrei um conhecido de São Paulo, sempre presente nas formações realizadas lá. Depois de nos divertirmos com a coincidência de nos encontrarmos tão longe, seguimos cada um seu próprio rumo, e fiquei pensando se não seria eu também um acidental porta-voz da minha cidade.

Naquele dia conheci meu país melhor do que em muitas viagens. Na conferência, representantes de todo o país se encontram para debater demandas da Assistência Social em seus territórios. Eu era parte daquilo, representando uma identidade muito maior do que poderia imaginar.

“Eu” é um narrador pequeno. “Nós” estamos em toda parte, agindo, transformando e contando uns para os outros, mesmo sem querer, como é o lugar de onde viemos.

Alberto Nascimento é formado em Jornalismo pela FAPCOM e colaborador do Departamento de Assistência Social da PAULUS.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

PERCURSO: FERRAMENTA PARA AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Por Mira Lopes

O percurso está definido como modelo estruturante das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/09) e tem sua explicitação no documento Perguntas Frequentes (MDS, 2016). De acordo com a Tipificação, o SCFV é um:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

(BRASIL, 2016, p. 12).

Os percursos devem ser ofertados respeitando os ciclos de vida dos usuários, e tais ciclos são divididos por faixas etárias, da primeira infância à velhice. No entanto, independentemente do ciclo de vida do usuário, há elementos que invariavelmente permeiam sua existência. Considerando essa realidade, o SCFV tem eixos norteadores que objetivam contemplar as especificidades de cada faixa etária. A convivência Social, o Direito de Ser e a Participação são os eixos temáticos comuns a todos os ciclos, os quais servem de bússola para a construção e realização do percurso.



I CONVIVÊNCIA

Por razões inexoráveis à existência humana, as mudanças nas estruturas da convivência foram profundas ao longo da história. O historiador Yuval Harari, em seu livro *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*, cita que os grupos pré-agrícolas, ou seja, aqueles que precederam o modo organizacional estabelecido pela agricultura, existiam em números elevados por territórios, mas em números restritos em suas composições particulares. Isto é, havia muitas tribos, mas as tribos não eram compostas por muitos indivíduos e eram também subdivididas em bandos. Além disso, existiam disputas e estranhamento constante. Afora as relações mais íntimas, raramente se estabeleciam vínculos com estranhos ao bando de pertencimento, tampouco com o território, visto que os caçadores-coletores eram nômades.

Com o advento da agricultura, há 10 mil anos, o humano passa do nomadismo para sedentarismo ao desenvolver a habilidade de cultivar seus alimentos e domesticar alguns animais em lugar de coletá-los em locais específicos e caçá-los, respectivamente. Dada essa marcante transformação, a configuração dos grupos também se transforma. Nesse curso, dá-se início às primeiras ideias de família e comunidade. Inicialmente, ainda em consonância com a lógica caçadora-coletores, o poder é designado naturalmente ao mais forte – fisicamente – de cada grupo. Ainda segundo Harari, é com as transformações organizacionais oriundas no período agrícola, como trocas de alimentos entre grupos, que o poder passa a ser centralizado não apenas no mais forte fisicamente, mas considerando também a capacidade de negociação que a liderança possa ter.

Um bom articulador garante não apenas o alimento do grupo, mas também evita possíveis conflitos belicosos. Nesse último quesito, o humano não obteve tanto êxito – foram necessários milhares de anos para que pudéssemos coexistir sem querer, deliberada e constantemente, eliminar uns aos outros.

“ A relação de confiança e respeito que pode se estabelecer com familiares e a comunidade eleva a potencialidade de articulação, compreensão do mundo e poder de decisão. ”

A sociedade pós-moderna, globalizada e conectada, criou diversos mecanismos de controle de pulsão, oferecendo segurança e gozo. A convivência mundial é pautada por acordos, declarações e protocolos aos quais as grandes nações aderem voluntariamente a fim de manter a paz mundial, o controle de doenças e a tão sonhada qualidade de vida prometida pelo mundo moderno. É ponto pacífico que atualmente, do ponto de vista mundial, vivemos em certa harmonia.

Atualmente, a comunidade global – constituída por muitos países, embora as decisões sejam por poucos determinadas – tem evidentemente outras demandas no que se refere à convivência comparada com as necessidades dos grupos pré-agrícolas e de outras grandes civilizações que compuseram a sinfonia da existência humana.

O que não difere, seja qual for o tempo histórico, é o fato de a convivência ter sua naturalidade do ponto de vista da sobrevivência física e também psíquica. O humano precisa de outro humano não apenas para alimentá-lo desde o nascimento, mas também para conferir a ele sua própria humanidade. Nesse sentido, conviver em pequenos grupos sempre foi familiar à nossa espécie. A habilidade desenvolvida ao longo dos milênios de estabelecer convivência entre pequenos, médios e grandes grupos é o que assegura que hoje tenhamos a possibilidade de coexistir com a ausência de guerras (estruturadas enquanto tal) constantes.

Da maçã coletada no bosque pelos nossos antepassados primatas, passando pela maçã de Eva à maçã caída na cabeça de Isaac Newton, e chegando à maçã da Apple, temos um longo sumário da história da humanidade e, com o devido recorte, da história da convivência.

I A CONVIVÊNCIA E O VÍNCULO NO SUAS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço ofertado pela Proteção Básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social. Um dos caminhos para esse intento é a convivência e o fortalecimento de vínculos com familiares e comunitários (PNAS, 2004, p. 33). Entende-se que a relação de confiança e respeito que pode se estabelecer com familiares e a comunidade eleva a potencialidade de articulação, compreensão do mundo e poder de decisão. Além desse amparo pragmático, há a elevação da saúde emocional advinda das redes afetivas de cuidado, amor

e solidariedade. O resultado é o surgimento de indivíduos e coletivos menos violentos e agressivos, com suas potências destrutivas canalizadas para a superação de obstáculos e intempéries cotidianos.

Como serviço que compõe a Política de Proteção Básica, o SCFV tem em seu escopo a ação contributiva para efetivação da elevação das potências anteriormente mencionadas. É este o serviço de oferta gratuita, destinado a quem dele necessitar, que tem como propósito fomentar a convivência entre pares, intergeracional e familiar-comunitária.



I O PERCURSO NO SCFV

O percurso não é oficina; sua preocupação central não é a perfeição na exibição do objeto final criado, da apresentação feita ou da exposição realizada. Tudo isso é bom e importante, mas não é o eixo fundamental na análise do êxito do percurso. A preciosidade do percurso está no entre, no que cabe entre seu começo e sua conclusão.

O percurso é ordenado com princípio, meio e fim – tal qual um desfile de escola de samba –: tem de ter conjunto, harmonia, enredo, evolução e, claro, fantasia. São as transformações ocorridas dentro que importam; dentro de cada um, dentro do grupo, dentro do SCFV, dentro da família, dentro do território.

A analogia com o desfile de escola de samba não é por acaso – o percurso pressupõe participação. Uma vez definido o tema (enredo), a composição das alas (atividades) só é possível se os participantes acreditarem no processo e entenderem sua importância. Uma diferença estrutural entre o percurso e o desfile é a ausência de competição por parte do segundo. Neste a disputa é simbólica; no final do percurso (desfile) a vitória é de todos. Cada adversidade, trauma, vaidade, desesperança, medo, raiva etc., superado ou ressignificado, representa uma conquista do coletivo. Outra característica própria do percurso é sua adaptabilidade: ele está sujeito a alterações em seu curso em razão das transformações no interior do grupo, além de possíveis fatores externos.

Os eixos norteadores, adaptados por ciclos etários, garantem a expressão das singularidades, da participação a elas correlacionadas e, em consequência, a convivência. Ausentes esses pressupostos, o percurso fica frágil e pouco efetivo. Imagine um desfile em que os componentes não cantem o enredo; não há beleza, não há conjunto, não há harmonia e o mais importante: ele não corresponde ao seu propósito, nem em forma nem em conteúdo.

O percurso emerge de um tema central, definido pela equipe técnica em conjunto com os educadores sociais, sempre considerando a realidade local. Os meios para a definição do tema são diversos: pesquisas (com os usuários ou mesmo em literatura específica), encontros com as famílias, observação de demandas etc.

Falemos então da estrutura organizacional do percurso, sem pretensões de parecer cartilhar, uma vez que as especificidades de or-

dens intersubjetivas e subjetivas daqueles que compõem cada SCFV são únicas e irrepetíveis, mesmo que algumas realidades objetivas possam ser similares.

Há alguns elementos que devem compor o percurso: participação ativa dos usuários, atividades externas, participação da família e exploração do território. A participação dos usuários tem movimento cíclico: proporciona autonomia, que, por sua vez, gera reconhecimento (de si e para si), estimulando a participação. A participação da família dialoga diretamente com a noção de sujeito não isolado, entendendo-o, do ponto de vista intersubjetivo, como aquele que tem em sua constituição os afetos e valores que de perto lhe servem como farol ou espelho. De modo objetivo, proporciona melhor diagnóstico da estrutura de vulnerabilidade em que a família está inserida, facilitando intervenções e encaminhamentos. A exploração do território estimula a noção de pertencimento e possibilita a releitura do lugar, quando observado como objeto de análise e não de mera passagem/deslocamento. Quando se amplia a exploração de outros territórios, com atividades externas em regiões centrais e pontos

“ O percurso é ordenado com princípio, meio e fim. ”

culturais, maximiza-se o entendimento das estruturas sociais nas quais o SCFV está inserido.

Dito isso, a estrutura metodológica do percurso deve reservar ao menos dois encontros para a definição do título do percurso, quinze para sua realização e adequação, um para finalização (culminância) e o último para avaliação final. Podem-se reservar vinte dias entre o início e o fim do percurso, sendo que um deles fica como reserva para eventualidades.

Respeitados os ciclos etários e suas especificidades, a participação ativa dos usuários, as relações entre pares e intergeracionais, a presença e participação da família em suas configurações diversas, a tomada de consciência acerca do território (circundante e estendido) e a valorização da trajetória realizada dentro do percurso, a tendência é a culminância representar esse conjunto. O que quer que seja apresentado como resultado final terá o êxito diretamente relacionado à fidelidade aos pressupostos do percurso.

Mira Lopes é Analista de Projetos Sociais do Departamento de Assistência Social da PAULUS.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

SUAS E O ATENDIMENTO
A AUTORES DE **VIOLÊNCIA**
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES

Por Adriana Jesus de Sousa,
Alais Firmino Cordeiro,
Ana Cristina Rosa de Souza da Venda
e Rafaella Rodrigues Silveira

Podemos conceituar a violência para com crianças e adolescentes em quatro tipos: física, sexual, psicológica e em forma de negligência. Contudo, este artigo se refere à violência sexual, para a qual será usada a definição de Guerra (2011):

A violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Sabemos que, apesar das diversas consequências oriundas das violências sexuais, é consenso que podem ser graves os prejuízos de ordens físicas e psicológicas. Em determinadas circunstâncias, os danos se manifestam através do desenvolvimento de psicopatologias, podendo estar relacionadas à sexualidade ou não. Além das vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais às quais as crianças e adolescentes vítimas de abusos e violências sexuais são expostas, algumas vítimas se colocam em situação de rua, a fim de fugirem das violações (SANTOS, 2009). O autor ressalta ainda a possibilidade da vítima de violências sexuais se tornar reprodutora da violação sofrida ou ainda protagonizar relacionamentos abusivos, quando não amparada apropriadamente no sistema de garantia de direitos.

O trabalho preventivo deve ser realizado com a sociedade de forma geral, sendo necessário trabalhar a autoproteção das crianças e adolescentes, informar os adultos sobre os canais de denúncia e a importância de proteger as vítimas. É muito significativo também responsabilizar os autores da violência e prevenir possíveis reincidências destes.



I AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Quando mencionamos o Sistema Único de Assistência Social – SUAS como ferramenta importante para trabalhar a prevenção às violências sexuais, compreendemos que o assunto não pertence somente à esfera da política de saúde e da política jurídica; entendemos que há um conjunto de fenômenos sociais que estão relacionados também ao autor da agressão.

O conhecimento do perfil dos autores de violência sexual é imprescindível para compreendermos algumas das especificidades que constituem sua realidade. Segundo o CREPOP (2009), os autores de violência não possuem características físicas que possam compor um estereótipo, tampouco características com-

portamentais padronizadas, podendo, portanto, ser qualquer pessoa, inclusive aquela cujo comportamento é considerado socialmente adequado.

Estatisticamente, os homens heterossexuais são maioria entre os autores desse tipo de violência, contrariando os estigmas que associam violências e abusos sexuais à homossexualidade. Estudos mostram que as violências sexuais contra crianças e adolescentes são perpetradas majoritariamente por pessoas próximas à vítima, participantes do círculo familiar, parentes consanguíneos ou pessoas vinculadas afetivamente aos familiares e a vítima (CREPOP, 2009).

Grande parte dos autores foi vitimada por violências sexuais na infância, reproduzindo a violação em razão da ausência de intervenção adequada. O uso abusivo de álcool e drogas, bem como questões de saúde mental e psicológica, também estão associadas aos autores de tais violações. Entretanto, esta não é uma regra; por isso, é imprescindível a análise conjuntural do cenário, visto que as ocorrências não podem ser generalizadas por incidência das condições anteriormente citadas (CREPOP, 2009).

Assim sendo, faz-se necessário derrubar mitos em torno desta temática, como a falácia de que pedófilos são necessariamente abusadores. A pedofilia é conceituada no âmbito social “como atração erótica de um adulto por crianças” (SANTOS, 2009, p. 38). Entretanto, nem sempre o indivíduo portador de tal patologia consuma seu desejo e se torna autor de uma violência, uma vez que pode alcançar a satisfação de seu desejo por meio da observação de fotos e vídeos.

O autor de violência sexual, por vezes, é pai de família, provedor e detém poder sobre a vítima. Isso ocorre principalmente em famílias incestogênicas, nas quais o pai se relaciona sexualmente com a filha por acreditar que pode exercer seu poder familiar da maneira como lhe convém, em detrimento do direito desta criança/adolescente. Percebe-se que as estruturas sociais e culturais são influentes, pois muitos autores que “[...] cometem violência sexual com crianças e adolescentes compartilham uma série de crenças da nossa cultura adultocêntrica e certamente machista [...]” (SANTOS, 2009, p. 40).

Segundo Santos (2009), apesar das violências sexuais ocorrerem em todas as classes sociais, constatou-se que o maior número de vítimas se encontra nas camadas menos favorecidas da sociedade, em razão da baixa vigilância diária e outros fatores estruturais.

METODOLOGIA DE PREVENÇÃO À REINCIDÊNCIA: TRABALHO EM GRUPOS ORIENTATIVOS E REFLEXIVOS

Para obter maior eficácia na atuação com grupos de prevenção à reincidência, é necessário considerar o autor da violência sexual em sua singularidade. Expressar empatia e compreensão para com o autor da violência sexual não significa concordância com o ato ou culpabilização da criança/adolescente pela violência sofrida. Esse movimento perscrutante nos auxilia a entender os fatores que influenciaram a prática da violência. Cabe mencionar, mais uma vez e sempre que necessário, que compreender o autor da violência não significa o eximir de sua responsabilidade pelo ato (FURNISS, 2002).

Os autores da violência sexual podem ter consciência de que o ato é ilegal e prejudicial para a criança, porém isso não é o suficiente para impedir sua prática. Em razão de a violência aliviar tensões, os autores acabam se tornando dependentes psicologicamente dos atos, embora tendam a negar essa dependência para si e para outras pessoas. Ao aliviar a tensão, a violência favorece que o autor evite sua realidade, demonstrando baixa tolerância a frustração, e, ao tentarem interromper essa prática, podem apresentar sintomas de abstinência, como agitação, irritabilidade, ansiedade etc. (FURNISS, 2002).

Mediante esta situação, a intervenção conjunta com a vítima, autor e a família é imprescindível. O atendimento ao autor tem como objetivo interromper a violência, proporcionar um ambiente reflexivo, orientativo e não punitivo que seja específico para compreender os sentimentos de culpa e o reconhecimento de que está prejudicando a vítima. Pode ocasionar no agressor a tentativa de parar o abuso, evitando a reincidência, a vitimação de outras ou da mesma criança (FURNISS, 2002).



É importante que o atendimento ao autor seja feito tanto de maneira individual como grupal. Durante o acompanhamento, é necessário que o indivíduo reconheça sua conduta, de modo a compreender que, independentemente de uma suposta participação ativa da criança no ato sexual, o perpetrador da violência não deixará de assumir suas responsabilidades, não devendo a criança ser culpabilizada pela violência sofrida (MATTOS; MIYAHARA, 2002).

Com base nos estudos destacados, a proposta é fazer com que, independentemente do andamento do processo judicial e mediante a confirmação ou suspeita da violência, seja estabelecido um fluxo de atendimento a esses indivíduos. A porta de entrada poderá ser o Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS) e entidades conveniadas de cada município, o que pode ser previamente acordado através de um termo junto ao Conselho Tutelar, tendo em vista que os casos de denúncia devem ser a eles notificados. O atendimento ao autor da violência deverá ser complementar aos demais serviços cabíveis.

“

Expressar empatia e compreensão para com o autor da violência não significa concordância com o ato ou culpabilização da criança/adolescente pela violência sofrida.

”

Os grupos reflexivos-orientativos deverão conter indivíduos com faixa etária similar, não ter acima de oito participantes, ocorrer semanalmente e/ou quinzenalmente e preferencialmente possuir profissionais de áreas distintas (MATTOS; MIYAHARA, 2002).

Como proposta de temas para serem trabalhados em grupo, podem-se citar os mitos e tabus que perpassam as violências sexuais e que necessitam de desmistificação, as relações de gênero e questões culturais implicadas, os dogmas religiosos, os prejuízos para as vítimas, os diferentes tipos de violência, entre outros.

É importante que o autor da violência receba atendimento psicossocial, uma vez que isso favorecerá o seu processo de entendimento e elaboração das condições psíquicas que o influenciaram a praticar o ato, devendo este correr em paralelo à responsabilização legal.



Foto: iStock.

| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra a complexidade da temática diante do grande tabu que são as violências sexuais no geral, principalmente contra crianças e adolescentes. Por isso, as discussões são ainda bastante tímidas, tendo em vista a quantidade de ocorrências desse fenômeno, tanto relatadas como não relatadas às autoridades.

A invisibilidade do tema não está apenas no âmbito acadêmico, mas também nas políticas públicas. Quando se pesquisa sobre o atendimento específico a autores dessa modalidade de violência, as ações existentes são praticamente nulas, fato que prejudica o olhar de enfrentamento a essa problemática.

Com a proposta da realização de grupos orientativos-reflexivos no âmbito do SUAS, pode-se proporcionar espaços para que os autores sejam ouvidos, a fim de elaborar a violência cometida junto a outros indivíduos com históricos de vida similares.

Para além dos expostos acima, as pesquisas realizadas demonstraram também que a sociedade é permeada por estruturas que perpetuam a violência sexual, criando uma cultura de objetificação da infância, sendo necessário romper com esses paradigmas sociais para garantir uma nova cultura: a da proteção integral a crianças e adolescentes.

Texto produzido como trabalho de conclusão da formação "Prevenção às violências sexuais – Metodologias e reflexões para atuação com grupos", do Projeto Inovavas, do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA,
**AFETIVIDADE FAMILIAR E
FILHOS ADOLESCENTES**

Por Andréa Souza Sales,
Dayse Porto da Silva Freire e
Luana Cristina Delfino Moreira

I O ADOLESCENTE DA SOCIEDADE ATUAL

“Contemporaneidade” é um termo que indica o período histórico iniciado na segunda metade do século XX, marcado mundialmente pela necessidade de ajustes na esfera política e nas relações econômicas internacionais – marcadas pelos contrastes econômicos, dependência entre países em desenvolvimento e aqueles que detêm o capitalismo central, existência de desemprego e de pobreza etc. (RAPPAPORT, 1993).

A contemporaneidade traz também profundas mudanças na estrutura familiar e, com elas, transformações nas relações entre seus membros. Um bom exemplo é a crescente e marcada inserção da mulher no mercado de trabalho. Com isso, muitas vezes, as mulheres que trabalham em dupla jornada (em casa e nos empregos) sofrem demandas especiais que resultam em consequências na convivência familiar, em novas formas de distribuição de responsabilidades domésticas e familiares entre o casal frente às necessidades dos filhos, ao mesmo tempo que se introduzem novos conflitos e lacunas no exercício de papéis no cotidiano.

É nesse contexto que a ideia de “adolescência” ganha melhor forma. No século XVIII, essa fase da vida se confundia com a infância, sendo compreendida como um prolongamento desta: a infância, então, não era limitada pela puberdade, mas pelo fim da dependência. A essa categoria dava-se o nome de juventude, que não é sinônimo do que chamamos atualmente de adolescência, pois se tratava de indivíduos que, apesar de pouca idade, já exerciam funções sociais definidas (GUTIERRA, 2003, p. 26).

“ A contemporaneidade traz profundas mudanças na estrutura familiar. ”

De acordo com Fleig (1993, p. 5), “autoconsciência e autodeterminação são traços específicos do sujeito moderno enquanto razão que se submete ao próprio tribunal da razão”. Para a autora, o adolescente é um ser biopsicossocial com desenvolvimento interno envolvido em contextos relacionais, cujos sistemas de valores e influências de grupos provocam a necessidade de assumir diversas representações que se tornam conflitantes. A necessidade de segurança e apoio num período considerado conflitivo do ponto de vista mental, emocional, físico e social faz com que o adolescente possa apre-

sentar um comportamento rebelde (BEDENE, 2010).

Adolescentes, por exemplo, de classes sociais consideradas de baixo poder aquisitivo (C, D e E) vivenciam uma realidade na qual a família é vista como um apoio, uma vez que o importante para eles é a diminuição de sofrimentos com a obtenção de alternativas de trabalho por meio de uma busca pessoal esforçada (OZELLA; AGUIAR, 2008).

Dessa forma, a motivação do comportamento na adolescência recai sobre as emoções, elementos primordiais para sua vida, ao reconhecer no seu desenvolvimento um valor muito mais significativo do que traços físicos ou aptidões mentais (CAMPOS, 2010).

O adolescente assume significações instituídas pela sociedade contemporânea, na qual busca o direito pela construção da individualidade, da possibilidade de escolher e de ter liberdade, influenciando a construção de sua subjetividade (OZELLA; AGUIAR, 2008). Pode ser visto, portanto, como um ser em meio às relações socioculturais, edificando um mundo subjetivo que necessita do apoio constante e equilibrado daqueles que, vinculados nesse processo existencial, têm a função de orientá-los.

Os autores Cerveny e Berthoud (1997) trabalham com o conceito de ciclo vital familiar, considerando que ela possui um desenvolvimento, ordenação, etapas e fenômenos que sucedem determinado ritmo, buscando o equilíbrio entre flexibilidade e estabilidade ao longo do tempo. As autoras descrevem o ciclo vital familiar em quatro fases: Fase de Aquisição, Fase de Adolescente, Fase Madura e Fase Última.



Foto: iStock.



Entretanto, falaremos das definições e características da Fase Adolescente.

Segundo Cerveny e Berthoud (2011), a Fase Adolescente caracteriza-se pelo período em que a família vivencia a transição dos filhos para a adolescência. Em razão dessa transição, muitas vezes os pais acabam revivendo seus próprios dilemas e resgatando traços de uma juventude que ainda vive em seu interior.

As autoras também afirmam que nessa fase pais e filhos estão se reajustando aos dois fenômenos: a reconfiguração e o novo ritmo que terão de vivenciar em família. Entretanto, lembram que nem sempre a fase adolescente é sinônimo de família com filhos adolescentes, mas, sim, o período em que o sistema familiar “adolesce” e se caracteriza por novas buscas, significados existenciais e o empoderamento de novos papéis tanto no âmbito familiar como na particularidade de cada cônjuge.

No que se refere à relação pais e filhos, é comum na fase adolescente que os pais questionem seus papéis como cuidadores e sintam a necessidade de encontrar novas estratégias para lidar com os filhos, visto que os moldes anteriores já não são efetivos. Costuma haver grande disputa de forças: os filhos questionando e contrariando os moldes e crenças de seus pais e os pais buscando manter sua posição de autoridade. Em razão dessas disputas emerge no núcleo familiar a necessidade do diálogo entre pais e filhos para possibilitar a troca de experiências de vida (CERVENY; BERTHOUD, 2011).

Na sociedade contemporânea observamos as novas configurações familiares, advindas, por exemplo, do divórcio, do recasamento, das uniões homoafetivas e outras composições que caracterizam as famílias nos dias atuais. Considera-se que essas novas formas de vida têm impacto sobre os lares e os filhos que neles vivem: pode-se prever o maior desenvolvimento da autonomia dos filhos, assim como a promoção de relações humanas mais respeitadas diante do convívio cotidiano

e íntimo com a diversidade, mas pode ocorrer um sentimento de desamparo e distanciamento afetivo derivado de grandes e numerosas mudanças em período de desenvolvimento psicoafetivo e social dos filhos.

A diminuição do tempo compartilhado entre pais e filhos não é responsabilidade exclusiva dos pais, mas é também causada por uma característica da adolescência. Como vive a necessidade de se reconhecer e ser reconhecido como pessoa autônoma, o adolescente tende a buscar essa condição por meio do afastamento, passando a procurar nos amigos o acolhimento e o diálogo.

Tendo em vista as várias escolas psicológicas, Campos (2010) explica que as experiências nos anos anteriores (infância) são de fundamental importância na fase da adolescência. Em suas palavras:

A criança, cujas necessidades de carinho e afeição foram satisfeitas, comumente tem os fundamentais sentimentos de segurança que a capacitam a enfrentar os stress da adolescência com um considerável grau de resistência. Se, através dos anos, foi ajudada a entender a si e aos outros, a identificar seus alvos e valores, a resolver seus problemas e a ajustar-se às mudanças, em si mesmo e no ambiente, estará bastante fortalecida para enfrentar as tensões e pressões emocionais da adolescência. Nesta fase, será particularmente importante o grau em que desenvolveu a autodisciplina e aprendeu a aceitar as responsabilidades da progressiva proporção de liberdade que vai alcançando (CAMPOS, 2010, p. 58).

A autora afirma que o adolescente, como um ser biopsicossocial, tem um desenvolvimento interno associado a contextos relacionais, cujos sistemas de valores e influências de grupos provocam a necessidade de assumir diversas representações que se tornam conflitantes.



Foto: iStock.



Foto: iStock.

CONCLUSÃO

Ao refletirmos sobre a realidade do país na perspectiva de estudar o adolescente, mostra-se um desafio necessário a todos aqueles que estão sensibilizados com a acelerada sociedade que impõe severas exigências de adaptação na atualidade. Este horizonte ganha preocupação maior quando estamos tratando de seres em períodos decisivos de formação humana – os adolescentes.

Consideramos fundamental resgatar, na visão de desenvolvimento humano, o destaque sobre a existência de alguns valores introduzidos pelas famílias na experiência de seus filhos. Em primeiro lugar, vale a pena mencionar o amor entre responsáveis e filhos, que é o elo que, vivenciado no seio familiar, poderá dar uma base segura de desenvolvimento afetivo transferido a outros além deste grupo. Em seguida, vale destacar a importância do diálogo entre as pessoas da família, prática por excelência das trocas sociais, alicerce de uma sociedade fraterna e justa.

Na fase da adolescência também é comum que os pais questionem seus papéis como cuidadores e busquem estratégias para lidar com seus filhos, já que houve uma mudança. Pode ser uma fase de renovação e aprendizado para todos.

Valorizar os vínculos afetivos especialmente no núcleo familiar pode ser uma das estratégias seguras para a construção de adultos saudáveis e uma sociedade mais autônoma e responsável.

Texto produzido como trabalho de conclusão da formação "Convivência no século XXI: diálogo sobre solidão e autonomia", do Projeto Inovasuas, do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social.



CCA DE OLHO NO FUTURO INAUGURA LABORATÓRIO DE RÁDIO

Por Matheus Macedo

PROJETO QUE SURTIU DA IDEIA DE UM DOS EDUCADORES VISA ATENDER CRIANÇAS E JOVENS DA PERIFERIA DE OSASCO

Na manhã do dia 3 de julho, ocorreu no CCA (Centro para Crianças e Adolescentes) De Olho no Futuro, localizado em Osasco, região da Grande São Paulo, a inauguração do laboratório de rádio “A Luz do Som”. O evento contou com a presença do então Diretor Geral da PAULUS Editora, Paulo Bazaglia, e dos idealizadores do projeto: Alessandro Tiezzi, Dulcinéia Reginato e Denílson Castro, da Assistência Social, Cristiano Carvalho, gerente do departamento de TI, e Bruna Noqueira, coordenadora dos estúdios da FAPCOM.

O projeto surgiu a partir da ideia do educador Leonardo de Souza, que improvisava transmissões de rádio com alguns equipamentos disponíveis no CCA. Para criar uma rádio que pudesse atender a todas as crianças e adolescentes que frequentam o

espaço, a Assistência Social da PAULUS, em parceria com o departamento de TI e os estúdios da FAPCOM (Faculdade PAULUS de Comunicação), elaborou um projeto para a instalação de um estúdio onde os atendidos pudessem aprender na prática como funciona uma rádio.

Leonardo, que hoje trabalha no CCA, já foi um dos atendidos do Serviço de Convivência. Tudo começou em 2008, quando tinha apenas doze anos. “Eu era morador do bairro e frequentava a igreja. Um dia, foi anunciada a abertura de um espaço que teria capoeira, música e outras atividades. Como não fazia nada depois da aula, pensei: “É minha oportunidade”. No dia da inscrição, fui o primeiro a chegar e a me inscrever; antes mesmo de abrir eu já estava na porta”, conta ele, rindo.



Foto: Denilson Castro

Tamanha era a empolgação do pequeno Leonardo que ele fazia inglês, violão, capoeira e flauta. Em razão de alguns acontecimentos em casa, teve de se afastar e começar a trabalhar, mas sua história com o CCA não terminaria ali. Alguns anos mais tarde, Leonardo recebeu uma proposta para trabalhar como jovem aprendiz na secretaria do CCA e, assim, acabou voltando para o seu lugar preferido.

Após dois anos, ele foi efetivado. Ao mesmo tempo, surgiu uma vaga como educador. Na época, ainda cursando a graduação em Multimídia na FAPCOM, não pensou duas vezes e agarrou a oportunidade, assumindo a função em que está até hoje.

Foi ao longo de um dos percursos do Programa Direito e Cidadania desenvolvidos pelo CCA que Leonardo sugeriu que montassem um programa de rádio. Fábio Souza Maganha, supervisor do CCA De Olho no Futuro, relata que a produção do roteiro e a criação improvisada do programa de rádio partiam dos próprios atendidos – todos discutiam como os projetos tinham de ser feitos, o que se tornou pertinente para o desenvolvimento dos jovens. “Esse trabalho em equipe proporcionou uma maior convivência, promovendo valores que temos de trabalhar todos os dias com eles”, ressalta.

Fábio lembra que o Leonardo desmontava parte da sala de informática, mexia nos cabos dos computadores, colocava uma caixa de som lá fora e produzia o programa, enquanto as crianças e outros jovens ouviam no pátio. No mesmo período estava acontecendo a manutenção dos

computadores da sala de informática. Foi quando Cristiano Carvalho, gerente do departamento de TI da PAULUS, viu a improvisação dos jovens para montar a rádio e teve a ideia de montar um laboratório de rádio. “Em uma das minhas visitas, vi o Leonardo improvisando a rádio. A partir daí, conversei com o Fábio e, juntos, fomos estudando e aprimorando a ideia de transformar uma prática improvisada em um ambiente apropriado”, conta Cristiano.

Após o estudo, a Assistência Social, em conjunto com o departamento de TI e os laboratórios da FAPCOM, estruturou uma linha técnica e outra pedagógica pensando em um modelo que pudesse ser implementado no CCA. Parte dos equipamentos instalados, como a mesa de som, foi cedida pela faculdade.

Depois de um longo processo de elaboração e montagem do estúdio, no início de julho, a comunidade do bairro Jardim Santa Maria, na periferia de Osasco, pôde inaugurar o laboratório. Dezenas de crianças que frequen-

tam o CCA, assim como educadores e moradores, se reuniram no salão para ouvir a primeira transmissão da rádio.

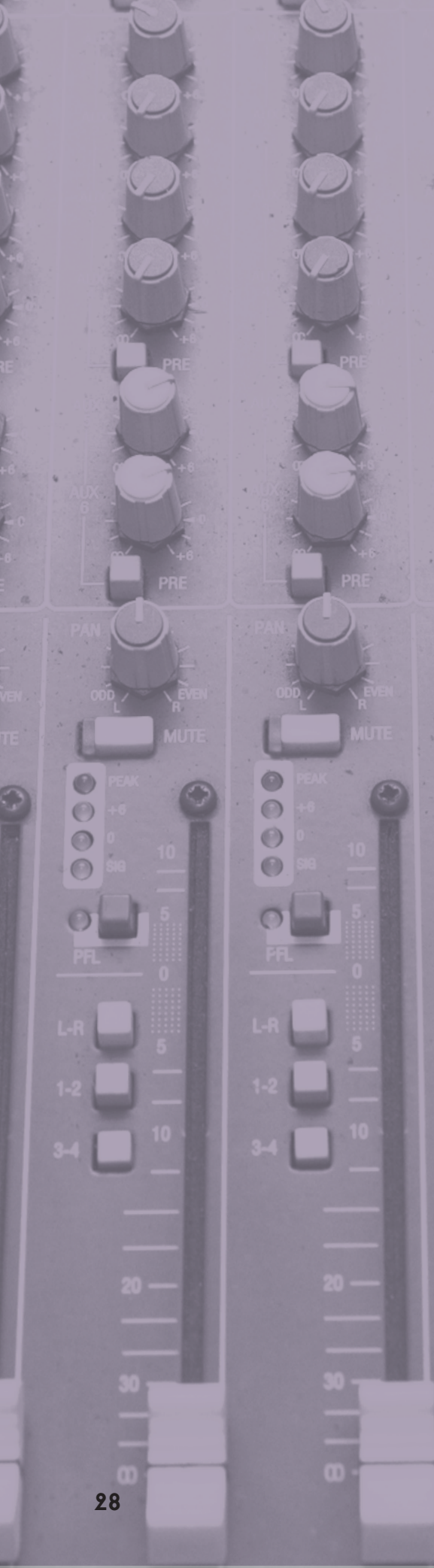
O agora educador Leonardo de Souza assumiu a missão de conduzir a mesa de som, ao lado de outro ex-atendido do programa: Jackson Quirino, jornalista formado pela FAPCOM, que conheceu o CCA De Olho no Futuro também aos doze anos. “Vim para cá por causa do Fábio Maganha, que era meu vizinho. Passamos boa parte da minha infância juntos. Ele ia dar aulas de capoeira, eu ia também, e depois de um tempo ele veio para o

“ Dezenas de crianças que frequentam o CCA, assim como educadores e moradores, se reuniram no salão para ouvir a primeira transmissão da rádio. ”



Da esquerda para direita: Jackson, Leonardo, Cristiano, Pe. Paulo, Dulcinéia, Alessandro, Roger, Fábio e Bruna.

Foto: Matheus Macedo



Durante a transmissão da rádio convidados realizaram apresentações musicais.

CCA. Foi aí que começamos no projeto”, conta Jackson.

Durante os três anos em que foi atendido pelo Serviço, fez aulas de inglês, capoeira e informática. Mesmo após sua saída, não deixou de ter contato com as pessoas com quem havia convivido e aprendeu tanto. Quando recebeu o convite para ser o locutor do programa de rádio, não pensou duas vezes.

Jackson falou sobre a influência do CCA na escolha pela profissão de jornalista: “A facilidade para me comunicar e falar com outras pessoas veio das atividades de que participei aqui, mas jamais pensei que iria me tornar um comunicador por causa do CCA. Posso dizer que isso influenciou no que eu sou hoje”, revela.

Ao longo da transmissão do programa foram feitas entrevistas com convidados e apresentações musicais ao vivo. Um dos entrevistados foi Pe. Paulo Bazaglia, que ressaltou a importância da inauguração do espaço e manifestou o desejo de que o laboratório seja um ambiente de crescimento e aprimoramento, com experiências que enriqueçam a vida de cada uma das crianças e adolescentes – além, é claro, de cumprir o papel de divertir e entreter.

Jackson, que está voltando ao CCA após longos anos, não conteve a alegria de ver crescer e ganhar novas atividades um projeto do qual participou. “Voltar ao lugar em que você viveu na infância, ver que agora ele tem coisas diferentes é um motivo de grande alegria. Espero que isso seja só o começo de várias outras atividades e novidades para as pessoas da comunidade. Essa rádio vai beneficiar a todos e desejo que aproveitem o espaço, que com toda certeza fará a diferença na vida das crianças e dos jovens da região”, assegura.

Já Leonardo afirma que a rádio será mais uma ferramenta para a convivência entre os atendidos. Ele se lembra de quando montar uma rádio era um sonho, somente um experimento, e se emociona ao vê-lo ganhar forma. “É gratificante, porque a gente tentava montar uma rádio, gravar um videoclipe, uma série, levar a experiência para eles. Para isso, puxávamos umas caixas de som, plugávamos uns cabos e brincávamos, tudo no improviso”, narra. Leonardo acredita que o projeto possibilitará a descoberta de novos talentos – jovens comunicativos, com o desejo de seguir na carreira.

Atualmente o CCA de Olho no Futuro estrutura suas atividades na perspectiva de Percursos e o laboratório de rádio tende a contribuir na condução de seus objetivos.

Matheus Macedo é formado em Jornalismo pela FAPCOM e colaborador do Departamento de Marketing da PAULUS Editora.

O TEMPO NÃO PARA, ASSIM COMO EU

A GERAÇÃO *MILLENNIUM*, SUAS INQUIETUDES E MODO DE PENSAR

Quando eu era criança, ouvia de muitos adultos que as pessoas que tinham uma vida confortável e com muito sucesso eram as que trabalhavam em bancos ou em redes elétricas e ficavam lá até o fim. Na minha casa, meus pais achavam interessante uma vida baseada em viver no mesmo emprego até a aposentadoria. Usavam amigos da família e meu tio como os maiores exemplos nos quais eu deveria me espelhar. Mas a Pâmella de sete anos sentia que não era bem esse o futuro que ela tanto vislumbrava. Era uma sensação sufocante ouvir que eu deveria permanecer no mesmo trabalho até o governo decidir que os anos que prestei de serviço já eram o suficiente para pagar seja lá qual a dívida que eu teria com eles. Mas não sabia o que era isso, exatamente. Cresci brincando que era dona de uma casa própria e trabalhava para me sustentar, mas nunca parava no mesmo emprego; um dia eu era secretária, no outro eu era bibliotecária e no seguinte, florista. Às vezes, gostava de ser algo a mais e virava dona de uma empresa de sucesso, ou talvez empresária de algo menor. Para mim, estava tudo bem. Era até divertido mudar tanto, experimentar ser tantas coisas.

O tempo passou e muitos pensamentos que eu tinha quando criança se apagaram de minha mente, tão conturbada com a correria que a vida me entregava. Exceto um. Ainda achava perturbador me ver no mesmo emprego trinta anos depois, provavelmente sentada em um cubículo fechado, com folhas jogadas sobre a mesa e um computador ligado à minha frente, enquanto eu segurava uma xícara de café na mão esquerda para ficar desperta e olhava de relance para os comprimidos na gaveta ao lado. Era uma ideia assustadora. Eu nunca quis uma vida sólida assim. Isso não era compatível com os pensamentos que transbordavam em minha mente. A ideia de chegar à aposenta-

doria e perceber que havia tido mais empregos que livros durante toda a minha carreira me atraía como um mosquito se atrai para a luz durante o verão. Isso, sim, era divertido, como era na época em que eu gostava de ser tudo e mais um pouco.

Então 2018 chegou, e percebi que estava começando a caminhar para esse futuro nevoado. Antes eu não me encaixava no mundo por achar que todos queriam uma vida estagnada, sem muitas aventuras, altos e baixos, enquanto eu desejava fechar os olhos e deixar a vida me arrastar no mar de incertezas. Mas peguei uma flanela e limpei a vista para a realidade que a geração *Millennium* – a minha geração – estava vivendo: ninguém queria seguir o mesmo destino que seus pais, como se fosse uma maldição que os perseguisse. Para mim, isso foi como aprender a nadar; eu não me sentia mais excluída da sociedade, uma garota sem salvação que muito provavelmente iria passar fome e voltar para a casa dos pais.

E o amor? Volátil como o tempo, como tudo anda sendo na modernidade. Namorar mais de uma vez, relacionar-se com várias

peças sem compromisso – em momentos diferentes ou não –, apaixonar-se mais do que é esperado... Talvez eu não seja como o restante dos jovens nesse quesito, talvez seja em partes. Apaixonar-se a cada semestre é algo tão comum, tão rotineiro para mim. É assim que a juventude vive hoje em dia. Uma paixão a cada estação, a cada mês, a cada semana. Os jovens não se veem mais presos a um relacionamento longo como os seus pais, como os seus avós.

A juventude se importa com o presente e nada mais além dele. Um presente fluido como a água. Deve ser por isso que chamam a contemporaneidade de “modernidade líquida”. O futuro não é mais uma preocupação – ele nem sequer existe para muitos. “Trabalhe com isso porque você terá estabilidade” – e não importa se não é algo que você goste. “Namore e se case com uma pessoa, com a única pessoa” – e não ligue se não o amar mais. É a geração que assusta e preocupa os mais velhos, mas também é a mais livre.

Esse é o retrato da juventude. Fluidos como a água de um lago, inconstantes como as ondas do mar. Ainda é cedo para descobrir se caminhamos para a nossa própria ruína. Às vezes não. Às vezes é o medo do diferente de nossos pais. Ou sim. Talvez eu me sinta com meus netos ou sobrinhos-netos e lhes diga como as coisas eram na minha época.

O relógio vai passar na mesma velocidade para qualquer um. A modernidade líquida não é você ser um delinquente ou alguém para quem nada dá certo; o conceito de felicidade é democrático e diferente a cada vivente, e me sinto estranhamente bem sabendo que daqui a dez anos poderei estar trabalhando em uma revista, talvez como fotógrafa (ainda existirá essa profissão?), quem sabe em uma grife pequeno porte e grande sucesso. Ou já ter trabalhado com tudo isso nesse período.

Não somos os mesmos de dois minutos atrás, assim como o nosso ar também não é o mesmo. Não vestimos as mesmas roupas a cada dois dias, não pisamos da mesma forma a cada segundo. Pergunto-

-me: se vivemos de formas distintas a cada dia, por que eu teria de seguir uma linha reta no futuro? Ainda mais quando o futuro é formado por tantas linhas diferentes. O que quero dizer com esse texto, com todas as palavras e exemplos que usei é que, em tempos como este, a gente não se contenta mais com o mesmo. Não me satisfaço com ideias de vinte anos atrás; prefiro as atuais. E também está tudo bem não gostar mais do que prefiro agora quando o futuro chegar

“
O conceito de felicidade é democrático e diferente a cada vivente.
”

para mim. Eu não vou me manter acorrentada a isso porque meus pais, ou alguém mais, diz que preciso assim ser e que tenho de acatá-los sem crítica ou reflexão. Eles merecem respeito. Mas eu mereço e curto muito ser inconstante.

O ano de 2018 passou mais rápido do que pude perceber e, por pior que possa ter sido para muitas pessoas, para mim ele mostrou uma coisa muito importante que eu ainda não havia entendido: a vida é muito rápida para ficarmos presos na mesma e entediante caminhada. Eu sigo uma realidade que corre tanto quanto o tempo e fico inquieta com as coisas mais simples do dia a dia. Se o tempo, o relógio e o planeta não param, por que a Pâmella pararia?

Pâmella Pregun Correia é aluna do segundo semestre do Curso de Jornalismo da FAPCOM – Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação. Texto produzido para a disciplina Sociologia Geral, no segundo semestre de 2018.

PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

O que é?

O Programa **Direito e Cidadania** investe na capacitação de orientadores sociais como ferramenta de qualificação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para isso, utiliza a ampliação do conhecimento e a discussão de temas atuais e cotidianos, na perspectiva de novos caminhos que visam a garantia de direitos e a inclusão social de crianças e adolescentes. Em sua aplicação, utiliza livros selecionados e elaborados exclusivamente para a proposta, fomentando de forma lúdica o debate social.

Quer saber mais?

Acesse paulus.com.br/assistencia-social



ASSESSORAMENTO DEFESA GARANTIA DE DIREITOS ATENDIMENTO

Assistência Social PAULUS
paulus.org.br



Acesse o nosso site!